

24 SET 1988

ANC 89

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, sáb

BB vai cumprir Constituição e cobrar só 12%

ADEMAR SHIRAISHI
Da Editoria de Economia

O Banco do Brasil vai cumprir, integralmente, o teto de 12% ao ano para os juros reais de seus empréstimos, a partir da promulgação da Nova Constituição, no dia 5 do próximo mês. O **CORREIO BRAZILIENSE** apurou ontem que o Banco do Brasil não pretende esperar o desfecho judicial do "tabelamento" e já cobra do Banco Central as normas a serem observadas por todo o sistema financeiro nacional.

Para compensar o corte das receitas com o "tabelamento", o Banco do Brasil defende a redução da carga fiscal sobre as operações financeiras, a ampliação do prazo de retenção da arrecadação de impostos e contribuições sociais e até o aumento dos dias para a liberação dos cheques compensados, como instrumentos de redução dos recursos disponíveis.

Com a perda de receita de juros dos empréstimos, o Banco do Brasil alertou que o sistema financeiro dependerá muito mais da boa gestão do fluxo de caixa "floating". Em contrapartida, os usuários dos serviços bancários pagarão o ônus dos recursos em trânsito e sob bloqueio. Dentro dessa postura, o

Banco do Brasil endossa as antigas reivindicações dos bancos privados, de alongamento dos prazos de compensação de cheques.

A demora na liberação dos recursos vai afetar também os serviços de cobrança de duplicatas e outros títulos e ainda as ordens de pagamento. O Banco do Brasil considera natural a revisão dos prazos de transferência da arrecadação dos tributos federais para o Tesouro Nacional, das contribuições à Previdência Social e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) à Caixa Econômica Federal.

Com o teto das taxas de aplicações, o Banco do Brasil pretende discutir todas as alternativas de redução dos custos de captação dos recursos. O banco espera que o Ministério da Fazenda reveja o imposto de renda sobre os rendimentos dos ativos financeiros, o imposto sobre operações financeiras pago pelo tomador e a carga do Pis/Pasep. Segundo o Banco do Brasil, a alíquota de 0,65% do Pis/Pasep sobre a receita bruta vai inviabilizar de vez a captação de depósitos a prazo.

O Banco do Brasil entende que o Banco Central deve definir logo o indexador a ser utilizado para a conceituação dos juros reais e também baixar normas claras,

BC adapta-se à nova Carta

Porto Alegre — As alterações no sistema financeiro aprovadas na nova Constituição estão sendo estudadas pela diretoria do Banco Central, que deverá reunir-se no dia seis de outubro, para definir normas de adaptação no setor. Segundo o diretor da área bancária do Banco Central, Wadico Bucchi, uma das modificações será a criação de um seguro de crédito em substituição ao atual uso da reserva monetária como garantia de aplicação, que funcionará através

de uma seguradora.

O seguro terá o limite máximo de 3 mil 500 OTNs por cliente, pessoa física ou jurídica, a entrar em operação em janeiro de 1989. Bucchi explicou que a seguradora, a ser implantada para gerir o novo instrumento, "funcionará sob as normas do Banco Central no primeiro ano de atividades e, após, assumirá características privadas, administradas pelo conjunto das instituições financeiras".